

O próprio Jon Postel cuidava do TLD (Top Level Domain) .edu pessoalmente e, aos poucos, foram sendo recrutados outros membros interessados na administração dos outros domínios que foram sendo criados.

Foram, então, criados TLDs de duas letras, conforme tabela ISO 3166 correspondente ao código de países (ccTLD- *Country Code Top-Level Domain*).

Cada ccTLD foi sendo repassado pelo IANA a quem o solicitava. Sem que necessariamente houvesse qualquer vínculo com o Governo de cada um dos países correspondentes, posto ser tal fenômeno, desde seu surgimento, desvinculado de questões governamentais ou políticas.

As atividades de gerenciamento da atribuição de endereços IP e registro de nomes de domínio, ao longo do tempo foram sendo delegadas pela IANA a entidades ao redor do mundo. Estas entidades, quase que em sua totalidade, pertencem à área acadêmica ou à iniciativa privada, na sua maioria, organizações não governamentais sem fins lucrativos.

Com a finalidade de desenvolver o registro de nomes de domínio e números IP (Internet Protocol), foram sendo criadas no mundo organizações não governamentais, como *American Register for Internet Numbers Ltd (ARIN)*, *Latin American and Caribbean Internet Address Registry (LACNIC)*, *Réseaux IP Européens (RIPE)* e finalmente foi criada a organização global não governamental ICANN com a missão de organizar todas as outras entidades que se ocupavam do assunto de registro de nome de domínio e endereço IP. Por isso foi firmado um memorando de entendimentos entre o Governo dos Estados Unidos e ICANN dispondo seu compromisso de que os serviços de registro de nomes de domínio se perpetuassem, a gestão de uma instituição não governamental, sob a guarda da iniciativa privada.

III - DA IMPLANTAÇÃO DA INTERNET DO BRASIL

7. A primeira regra que, no Brasil, cuidou do assunto da Internet quanto necessário, foi a Norma 004/95, aprovada pela Portaria n.º 148 do MC, de 31 de maio de 1995. Esta Portaria regulamenta o

uso de meios da rede de telecomunicações para o provimento e utilização dos Serviços de Conexão à Internet.

Acontece, porém, que o interesse público, pela Internet, foi ganhando proporções tão grandes, a ponto de o Governo brasileiro se convencer da necessidade de acompanhar e coordenar as atividades que estivessem ligadas à rede mundial, mais especificamente relacionadas às telecomunicações, informática e outras matérias acessórias.

8. Assim, o Ministério das Comunicações em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia, decidiram criar o Comitê Gestor, com o objetivo de acompanhar o provimento de serviços, estabelecer recomendações, emitir pareceres, coletar, disseminar e organizar as informações sobre a Internet no Brasil.

Essa providência deu sequência ao papel pioneiro desempenhado pela comunidade acadêmica brasileira na implantação da Internet no Brasil.

Em 1995, através da Portaria Interministerial n. 147/95, do Ministério das Comunicações – MC, e do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, foi criado o Comitê Gestor da Internet do Brasil.

IV – DAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL

9. O Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI .br criado pela Portaria Interministerial MC/MCT nº 147/95, foi ratificado e alterado pelo Decreto Presidencial nº 4.829, de 03 de setembro de 2003, com as seguintes atribuições: estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil; estabelecer diretrizes para a organização das relações entre o Governo e a sociedade, na execução do registro de Nomes de Domínio, na alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e na administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível (ccTLD - country code Topel Level Domain), ".br", no interesse do desenvolvimento da Internet no País. Também é responsável por assegurar a justa e livre competição entre os provedores e

garantir a manutenção de adequados padrões de conduta de usuários e provedores.

De acordo com o que dispõe o citado Decreto nº 4.289/03, o CGI.br é composto por membros do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica. O CGI.br representa um modelo de governança na Internet, pioneiro no que diz respeito à efetivação da participação da sociedade nas decisões envolvendo a implantação, administração e uso da rede. Com base nos princípios de multilateralidade, transparência e democracia, desde julho de 2004, o CGI.br elege democraticamente seus representantes da sociedade civil para participarem das deliberações e debaterem prioridades para a Internet, junto com o Governo.

Atualmente, o CGI.br é composto por 21 (vinte e um) membros, sendo estes representantes do governo, do setor empresarial, do terceiro setor e da comunidade acadêmica, designados pelas Portarias Interministeriais PresRepubl/CCivil n. 9 e 10 e coordenado por Augusto Cesar Gadelha Vieira, por designação feita em 29 de dezembro de 2005, através da Portaria Interministerial CCivil/MCT/MC nº 902. Tudo assim se deu em respeito ao Decreto n. 4.829/03.

V – DA ORIGEM DA PARTICIPAÇÃO DA FAPESP NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REGISTROS DE NOMES DE DOMÍNIO E NA ATRIBUIÇÃO DE ENDEREÇOS NA INTERNET DO BRASIL E DA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS APRESENTADA PELO PROJETO

10. A escolha da FAPESP para colaborar nos serviços de registros de nomes de domínio e a atribuição de endereços na Internet do Brasil, tem sua explicação.

Como antes dissemos, o Ministério da Comunicação-MC e o Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT, através da Portaria Interministerial MC/MCT n. 147, de 31.05.1995, criaram o Comitê Gestor da Internet do Brasil, outorgando-lhe competência para assegurar qualidade e eficiência nos serviços da Internet do Brasil e garantir justa e livre competição entre os interessados e a manutenção de padrões de conduta de provedores e usuários da Internet brasileira.

No uso dessas atribuições que lhe foram conferidas, o Comitê Gestor fez expedir a Resolução nº. 001/98, através da qual estabeleceu critérios e condições para o registro de nomes de domínio, obrigações do requerente e do usuário, além de outras providências.

11. Todavia, por não ter personalidade jurídica própria, e considerando não haver, no Brasil, entidade jurídica habilitada para o exercício das atribuições de registro de nomes de domínio e sua manutenção e, considerando mais, que a execução das atividades relativas ao registro de nomes de domínio e a atribuição de endereços IPs já vinham sendo realizadas pela FAPESP, no âmbito do Projeto Rede Nacional de Pesquisas – RNP, o Comitê Gestor houve por bem expedir a Resolução nº 002/98, através da qual decidiu estabelecer, com a FAPESP, uma parceria para a execução dessas atividades ligadas à Internet, com capacidade abrangente em todo o território nacional e no mundo em geral.

12. Assim, a FAPESP, através do Projeto de Pesquisa denominado *“Desenvolvimento e Manutenção de um Sistema Informatizado para o Gerenciamento dos Registros de Domínios da Internet no Brasil”* incumbiu-se do registro e da manutenção de todos os endereços eletrônicos no Brasil, possuindo o sufixo “br”.

13. Por estes atos até o ano de 2002, existiam dois valores a serem pagos. Um, no ato do registro, referente à solicitação de registro e outro correspondente à manutenção anual, para cada período de vigência de 12 (doze) meses.

Eis o que diz o ato do CGI.br que normatizou esse assunto, realizado em 12 de novembro de 1997:

“O registro de nomes de domínio passa a ser cobrado (referente ao ano de 97):

Existem duas taxas associadas ao registro de um nome de domínio. A primeira no valor de R\$ 50,00 refere-se à renovação do registro, caso o domínio já se encontre registrado na FAPESP, ou o registro inicial,

caso esteja sendo feito pela primeira vez. A segunda refere-se à anuidade, também no valor de R\$ 50,00, para cada domínio registrado.

Serão cobradas ambas as taxas a partir de 1997, inclusive, sendo que a anuidade será no critério pró-rata, tendo por base o mês da solicitação inicial do registro. Caso o registro tenha sido feito anteriormente à 1997, será cobrada a anuidade integral."

Em novo ato normativo, realizado em 14 de dezembro de 2000, foi decidido pelo Comitê Gestor que, devido ao crescimento do número de domínios registrados, os valores pagos, referente ao registro e manutenção de domínios, seriam reduzidos. Veja-se:

"Considerando a taxa de crescimento dos domínios registrados, o CG-Lbr aprovou uma redução no valor das taxas associadas aos nomes de domínios sob o cc TLD.br a partir de 2001, a taxa de inscrição e/ou registro de nomes de domínio e a taxa relativa ao custo de manutenção, cobrada anualmente, terão os valores de R\$ 40,00 cada uma."

A partir de 16 de janeiro de 2003, esses valores foram alterados e, além disso, passaram a serem cobrados da seguinte forma:

"Discutiu-se proposta do conselheiro Demi de mudança de procedimentos do CGI acerca de cobrança de registro e manutenção de nome de domínio no ".br". Dois pontos especialmente importantes da proposta incluíam:
- a redução da anuidade para R\$30,00, sem cobrança de taxa inicial de registro; e
- a cobrança fixada para a data de aniversário do respectivo registro.
A proposta foi aprovada. Recomendou-se a sua implementação imediata."

Diante da cobrança desses valores pela realização das atividades elencadas na Resolução 002/98, periodicamente, o citado Projeto apresentou ao CGI.br e à própria FAPESP, prestação de contas de todos os recursos arrecadados e dos despendidos com a execução dessas atividades.

Essa prestação de contas, em todos os anos, sujeitou-se à aprovação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a quem compete a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e



patrimonial, do Estado de São Paulo e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, e, também, submeteu-se à aprovação de auditorias interna e externa, da própria FAPESP.

Contas essas devidamente exibidas e explanadas pela FAPESP nestes autos, em fls. 35 a 69, no Parecer nº 066/06.

14. Para o bem de tudo quanto feito, cabe notar, ainda, que as prestações de contas exibidas pelo citado Projeto à FAPESP e ao CGI.br, desde quando assumiu o gerenciamento dos recursos arrecadados com os serviços da Internet no Brasil (maio de 1998) até o ano de 2004, foram devidamente aprovadas pelos órgãos competentes, sem restrições. Sabe-se mais que, a aprovação correspondente ao exercício de 2005, ainda está em andamento, dado que o período correspondente a essa prestação finalizou-se recentemente.

Ademais, não há qualquer relato de má gestão desses recursos em toda a história do CGI.br ou da FAPESP, como pode ser comprovado com clareza meridiana não apenas pelas prestações de contas citadas, como pelo fato de haver sido gerado um expressivo saldo, que sempre foi e continuará a ser utilizado em benefício da Internet no Brasil.

15. Constam ainda das alegações do Sr. Ronaldo Cardonetti cuja análise parece apenas refletir um raciocínio caótico, com a intenção de sugerir envolvimento estapafúrdios, citações vagas dos relacionados ao jornal O Estado de São Paulo, políticos e jornalistas que nunca tiveram qualquer envolvimento ou ligação com o registro brasileiro e, menos ainda, com o Prof. Demi Getschko, que nunca gerenciou recursos advindos do registro de nomes de domínios seja no Comitê Gestor da Internet no Brasil ou na Fapesp, até 5 de dezembro de 2005, quando de fato o NIC.br assumiu a execução dessas atividades.

16. Diante disso, as "denúncias" aqui formuladas pelo Sr. Ronaldo Cardonetti que noticia *"ter havido o desvio desses milhões"* são claramente refutadas através destes esclarecimentos e daqueles prestados pela FAPESP, bem como podem ser confirmados pelos órgãos anteriormente citados.

20x
y

VI- DA INSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR – NIC .br, SUCESSOR DA FAPESP NAS ATIVIDADES CONFERIDAS PELO CGI.br

17. Muito embora o tempo de sua duração o desdissesse, ao assumir o compromisso do exercício das atividades que o Comitê Gestor lhe conferiu através da Resolução CGI.br nº 02/98, a FAPESP deveria fazê-lo em caráter transitório.

Essa e outras causas contribuíram para que o Comitê Gestor viesse instituir uma entidade jurídica apta a lhe dar suporte, para que este Comitê pudesse cumprir as atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria Interministerial MC/MCT 147/95, mais tarde corroboradas e ampliadas pelo Decreto nº 4.829, de 3 de setembro de 2003.

Uma dessas outras causas está em que as atividades de registro de domínios e atribuição de endereços IP, como antes consignamos, sempre foram executadas por organismos não governamentais. Academias, voluntários e empresas da iniciativa privada, sem vínculo algum com as atividades da área de telecomunicações e sem maiores formalidades, em cada país, e sob diferentes regimes, são encarregados da execução desses serviços.

Essa experiência de multilateralidade traz mundialmente a marca dos resultados altamente satisfatórios. Aqui no Brasil, portanto, não haveria de ser diferente. Por isso, já em seu primeiro momento de implantação, os serviços de acesso à Internet foram atribuídos ao chamado Grupo Operador da Internet. Isso mostra que a orientação aqui seguida para essa tarefa, é a mesma que se sagrou triunfante em quase todo mundo.

18. Assim é que, sensível a tudo o que dispõe o Decreto 4.829/03 e aos sobreditos precedentes que já apontavam a necessidade de se criar uma entidade jurídica habilitada a dar continuidade aos serviços de acesso à Internet do Brasil, o Comitê Gestor, após longo período de avaliação, estudos e debates sobre a matéria, acabou por decidir pela instituição de uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, ou de fins não econômicos, para ser a entidade que deverá cuidar do registro de nomes de domínios e de endereços da Internet, bem como de sua manutenção, no Brasil.

Como não poderia deixar de ser, ao instituir essa entidade, o Comitê Gestor, a exemplo do que ocorre na grande maioria de outros países, cuidou de assegurar a participação do Governo federal, através da indicação de representantes com assento no órgão diretivo superior dessa entidade, com considerável poder de decisão.


Tal participação, além de outros motivos, tanto mais é devida graças ao interesse público de que se revestem esses serviços. Melhor esclarecendo, tais serviços caracterizam-se como serviços de interesse público e não se tratam de serviços públicos propriamente ditos.

Por conta disso, foi criado o NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR – NIC .br. Esta, a entidade da qual o Comitê Gestor passou a se valer, em substituição à FAPESP, para cumprir as atribuições que lhe conferiu a Portaria Interministerial MC/MCT nº 147/95, confirmadas e alargadas pelo Decreto 4.829, de 3 de setembro de 2003.

VII - DA PARTICIPAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET

19. No Brasil, o veículo condutor da parceria entre o Governo federal e o Comitê Gestor, começou com a Portaria Interministerial MC/MCT nº 147/95 e, ao depois, manteve-se com o Decreto nº 4.829/03. Este, ao mesmo tempo que conferiu as atribuições, nele arroladas, ao Comitê Gestor, reservou para si boa porção de representatividade, junto a este Órgão e, com isso, tem a possibilidade de atuar como regulador e fiscalizador, dos atos emanados pelo Comitê Gestor.

Essa participação, além de outras vantagens, proporciona ao Governo federal a possibilidade de ter, sob seu controle, atividades que, embora corretamente atribuídas à iniciativa privada, sem dúvida, também dizem respeito a assuntos estratégicos do Governo federal.

Nesse contexto, comprova-se que o exercício das atribuições de registro de nomes de domínio e a atribuição de endereços IPs, assim como a sua manutenção, vêm sendo executados pelo Comitê Gestor, com técnica de primeiríssima linha, em prol do interesse público. 

Então, justo e necessário reconhecer que esse sistema conjugado de esforços público-privados, está em ótimas mãos. Aliás, como antes consignamos, os serviços executados pelo Comitê Gestor, foram proclamados serviços de excelência pela Internet mundial.

20. Além disso, o Decreto nº 4.829/03, mais do que confirmar as atribuições que a Portaria Interministerial MC/MCT nº 147/95 já havia outorgado ao Comitê Gestor, ampliou-as e estabeleceu diretrizes para a organização das relações entre o Governo e a sociedade, na execução do registro de Nomes de Domínio, na alocação de endereço IP (Internet Protocol) e na administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível (ccTLD) - country code Top Level Domain), .br, tudo no interesse do desenvolvimento da Internet no País.³

E mais. O Decreto nº 4.829/03, nos arts. 2º ao 8º, determinou quais serão os membros e respectivos suplentes do CGI .br. Estabeleceu, ainda, a maneira de representação junto ao CGI.br, do Governo, do setor empresarial, do terceiro setor, da comunidade científica e, para esses três últimos setores, fixou as regras para a eleição dos seus respectivos representantes. Tudo se cumpriu, segundo o que dispõe esse Decreto.

VIII-BREVE RELATO DOS ATOS PRATICADOS PELO SR. JAN STRUIVING PERANTE O REGISTRO BRASILEIRO

21. O Comitê Gestor da Internet no Brasil se vê na obrigação de relatar que não apenas o Sr. Ronaldo Cardonetti como o Sr. Jan Struiving tem como forma declarada de trabalho a operação de intermediação de compra e venda de domínios e, que, por mais de uma vez, o Sr. Jan Struiving tentou se valer dos mais variados meios e artifícios para obter vantagens em relação a essas atividades.

Esses artifícios visaram manter domínios sob seu controle sem a realização do pagamento da manutenção devida pelo registro de domínios, conforme se verifica na ação movida pela Empresa Brasileira de

³ Confira-se com o disposto no art. 1º, do Decreto nº 4.829/03.

210
C

Domínios-EBDI, de titularidade do Sr. Jan Struiving, que foi julgada improcedente pelo MM Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo (doc.02).

Além disso, o Sr. Jan Struiving utilizou-se, por inúmeras vezes, de CNPJs inexistentes perante a Secretaria da Receita Federal para realizar o registro de domínios, fato este comprovado através do recebimento de denúncias feitas por usuários do registro brasileiro e da abertura de procedimentos administrativos.

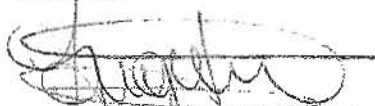
Estas as informações e esclarecimentos apresentados em atendimento à solicitação de Vossa Senhoria, que esperamos sejam recebidas como boas a atender o que nos foi solicitado.

22. Por fim, o CGI.br requer seja dada oportunidade ao Prof. Demi Getschko para, pessoalmente, apresentar esclarecimentos sobre as denúncias objeto dessa resposta, isso porque, sendo ele diretamente citado como executor do crime de apropriação indébita/peculato, poderá corroborar ainda mais para desfazer todas as falsas alegações apontadas por Ronaldo Cardonetti e Jan Struiving.

Seguimos à disposição para novos esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 26 de abril de 2006

Francisco de Assis Alves
OAB/SP Nº24.545



Kelli Priscila Angelini
OAB/SP Nº 193.817